

---

# REFLEXÕES SOBRE O PDI: CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO COMO INSTRUMENTO DE AUTONOMIA ESTUDANTIL

## REFLECTIONS ON THE PDI: OUTREACH CURRICULUM AS AN INSTRUMENT OF STUDENT AUTONOMY

Submissão:  
11/03/2025  
Aceite:  
08/09/2025

**Daiane Toigo Trentin** <sup>1</sup>  <https://orcid.org/0000-0001-5492-8806>  
**Luciana Calabró** <sup>2</sup>  <https://orcid.org/0000-0001-6669-1789>  
**Magali Inês Pessini** <sup>3</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-8169-7932>

### Resumo

Este artigo discute o protagonismo discente na curricularização da Extensão. Para isso, foram analisados os Planos de Desenvolvimento Institucional dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil, tendo como amostra os cursos de Licenciatura em Química. A análise dos dados baseou-se no método da Análise de Conteúdo com o auxílio do software ATLAS.ti. As unidades de contexto preestabelecidas foram: a. Extensão e, b. Protagonismo Discente. Foi possível observar que, embora os planos de desenvolvimento institucionais abordem tópicos relacionados à Extensão e ao protagonismo discente, não se percebe relação entre eles. Quando citada nos documentos indicados, sua presença restringe-se às citações da legislação vigente. Considerando que o Plano de Desenvolvimento Institucional é um documento estratégico primordial, entende-se que o detalhamento da inserção da Extensão é condição essencial para a efetiva implementação desta pelas Instituições de Ensino Superior no Brasil.

**Palavras-chave:** Extensão; Curricularização da Extensão; Protagonismo discente; Institutos Federais.

<sup>1</sup> Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS [dtoigotrentin@gmail.com](mailto:dtoigotrentin@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Educação em Ciência pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS [luciana.calabro.berti@gmail.com](mailto:luciana.calabro.berti@gmail.com)

<sup>3</sup> Pedagoga no Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC [magali.pessini@gmail.com](mailto:magali.pessini@gmail.com)

## Abstract

This article discusses the role of students in the outreach curriculum. For this purpose, the Institutional Development Plan (PDI, Brazilian acronym) of the Federal Institutes of the southern region of Brazil were analyzed, taking the Chemistry Degree courses as samples. Data analysis was based on the Content Analysis method with the aid of the ATLAS.ti software. The pre-established context units were: a. Outreach and, b. Student Protagonism. It was observed that, although the PDI addresses topics related to outreach and student protagonism, it is not possible to perceive a relationship between them. When it was mentioned in the indicated documents, it was limited to citations of the current legislation. Considering that the PDI is a fundamental strategic document, it is understood that the detailing of the insertion of outreach is an essential condition for its effective implementation by higher education institutions in Brazil.

**Keywords:** Outreach; Outreach Curriculum; Student Protagonism; Federal Institutes.

## Introdução

Organizada segundo critérios de natureza acadêmica e administrativa, a educação superior brasileira caracteriza-se por um sistema diversificado de Instituições de Ensino Superior (IES) classificadas, conforme sua organização acadêmica, em universidades, faculdades, institutos federais e centros universitários, e categorizadas administrativamente como públicas ou privadas. No âmbito das instituições públicas federais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia emergem como protagonistas singulares, integrando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e especializando-se na oferta de Educação Profissional e Tecnológica em articulação com os demais níveis e modalidades da educação nacional.

Configurando-se como instituições multicampi de significativa relevância no cenário educacional brasileiro, os 38 Institutos Federais que compõem a rede federal atendem, atualmente, aproximadamente 1,5 milhão de estudantes distribuídos em mais de 12 mil cursos diferentes (MEC, 2025). No que concerne à educação superior, estas instituições cumprem integralmente as prerrogativas estabelecidas pela legislação nacional, submetendo-se aos mesmos processos de regulamentação, credenciamento e avaliação que orientam o funcionamento das demais IES. A regulamentação dos cursos superiores, definida pelo Ministério da Educação, estabelece critérios que abrangem desde aspectos infraestruturais até a qualificação do corpo docente, visando assegurar a qualidade do ensino oferecido (Sant'ana, 2017).

Neste contexto regulatório, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) assume posição estratégica como documento orientador do planejamento institucional, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas que norteiam o desenvolvimento das IES. Conforme determinado pelo Decreto nº 9.235/2017, o PDI deve contemplar elementos essenciais que abrangem desde a missão e objetivos

institucionais até aspectos relacionados à infraestrutura física e capacidade financeira, constituindo-se simultaneamente como ferramenta de avaliação pelos órgãos competentes e instrumento de gestão para a melhoria contínua das ações institucionais (Brasil, 2017).

Tendo em vista sua complexidade e importância, ele serve tanto como uma ferramenta de avaliação das IES pelos órgãos competentes, quanto como um roteiro para promover a melhoria contínua e o acompanhamento das ações implementadas pela instituição. Além disso, é um instrumento importante de gestão pública, que abrange aspectos relacionados à melhoria da qualidade do ensino, à padronização das atividades administrativas e à gestão financeira eficiente. Dessa forma, o PDI contribui para alcançar os objetivos de eficiência, eficácia, efetividade e transparência na administração pública:

O PDI deve possibilitar a fundamentação de um diagnóstico sistêmico estratégico e também as bases para reflexão, formulação, implementação e gestão dos planos de ação fomentadores do desenvolvimento integral pertinente para o horizonte futuro estabelecido. A partir da sua elaboração, é possível acessar informações relevantes que auxiliarão na manutenção da competitividade das IES públicas e possibilitarão melhor controle dos recursos financeiros, viabilizando o investimento em áreas relevantes para a melhoria do desempenho institucional. (Sant'ana, 2017, p.08).

Neste contexto de planejamento estratégico institucional, o PDI assume papel fundamental na articulação e implementação de políticas educacionais contemporâneas que demandam reconfiguração curricular e organizacional das instituições de ensino superior. A efetividade deste como instrumento de gestão deve manifestar-se na sua capacidade de integrar diretrizes nacionais de educação superior aos objetivos e metas institucionais específicos, promovendo uma articulação coerente entre as demandas externas estabelecidas pelas políticas públicas educacionais e as características e potencialidades internas de cada instituição. É precisamente nessa dimensão articuladora que o PDI se revela essencial para a operacionalização de transformações curriculares significativas, como aquelas exigidas pelas atuais diretrizes de curricularização da Extensão.

Estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) como estratégia fundamental para o fortalecimento do papel social das instituições de ensino superior, a Curricularização da Extensão foi regulamentada pela Resolução CNE 07/2018, que determina que as IES devem garantir que pelo menos dez por cento da carga horária dos cursos de graduação seja destinada a atividades extensionistas, visando promover o envolvimento dos estudantes em projetos e ações que impactem diretamente os diferentes setores da sociedade e contribuam para a transformação social e o desenvolvimento local e regional (Brasil, 2018b). Neste contexto, a Curricularização da Extensão representa uma mudança paradigmática na concepção dos currículos de graduação, exigindo das instituições uma reconfiguração de seus projetos pedagógicos e uma articulação mais efetiva entre as dimensões do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.

A referida Resolução estabelece igualmente que a formação integral e cidadã dos estudantes deve constituir componente essencial das concepções e práticas extensionistas no ensino superior, enfatizando a relevância da vivência desses conhecimentos em perspectiva interprofissional e interdisciplinar, integrada à matriz curricular. Ademais, o texto normativo enfatiza que toda ação extensionista deve estar necessariamente vinculada à formação acadêmica dos discentes; caso contrário, não poderá ser caracterizada como autêntica ação de extensão universitária (Brasil, 2018a).

Duara, Dal Molim e Scheibe (2021) corroboram a relevância fundamental da participação estudantil nos processos de Curricularização da Extensão, considerando que este protagonismo se refere

à capacidade dos estudantes de atuarem como agentes principais na construção de seu próprio desenvolvimento educacional. Esta perspectiva implica a concepção de uma formação acadêmica e de uma instituição universitária que promovam a construção do conhecimento de forma dialógica, articulando os princípios da Extensão crítica com metodologias pedagógicas inovadoras, caracterizada pela postura ativa e autônoma do estudante em seus processos de aprendizagem, reconhecendo-o como sujeito cognoscente ativo, participativo e corresponsável pelo seu desenvolvimento acadêmico e sua formação integral. Neste sentido, o protagonismo discente estabelece uma antítese paradigmática em relação à denominada Educação Bancária, analisada criticamente por Freire (2005), que concebe os educandos como receptáculos passivos destinados a serem preenchidos com informações depositadas unilateralmente pelo educador.

Configurada nesta perspectiva, entendemos que, no cenário educacional contemporâneo, a Extensão tem a capacidade de desempenhar uma função primordial na efetivação do protagonismo discente, proporcionando um ambiente pedagógico autêntico situado para além dos limites do espaço acadêmico tradicional. A inserção sistemática de atividades extensionistas no currículo dos cursos de graduação viabiliza ao discente uma formação que transcende a dimensão técnico-instrumental, possibilitando seu desenvolvimento como cidadão crítico e socialmente responsável mediante a construção de competências fundamentais para sua atuação transformadora na sociedade.

Conforme argumenta Deus (2020), esta atuação deve articular dialeticamente o conhecimento construído no ambiente universitário com a práxis desenvolvida na interação com as comunidades, afirmindo que a comunidade acadêmica necessita expandir-se e recriar-se a partir do contato com a diversidade apresentada no mundo extrauniversitário. O processo de aprendizagem não se restringe ao ambiente institucional acadêmico, mas desenvolve-se na interação dialética com a sociedade em sua totalidade, envolvendo todos os segmentos educacionais e todas as formas de construção do conhecimento. Esta abordagem pedagógica, fundamentada na práxis, fortalece substancialmente a formação acadêmica, preparando os estudantes para enfrentarem os desafios complexos da realidade contemporânea e contribuírem efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Neste contexto, a articulação entre a concepção e a prática da Extensão com o PDI de cada instituição reveste-se de caráter essencial para garantir que as ações extensionistas estejam em consonância com a missão e os valores institucionais, promovendo efetivamente a indissociabilidade entre o eixo Ensino-Pesquisa-Extensão. A inclusão da Extensão no PDI reflete, ademais, o compromisso institucional com a formação cidadã e com a responsabilidade social, exercendo papel estratégico na definição das diretrizes que norteiam a integração entre a Extensão e a formação acadêmica. Ao estabelecer metas e objetivos específicos para a Extensão, o PDI assegura que as atividades extensionistas sejam planejadas de forma coerente com os princípios institucionais e as necessidades dos diversos setores da sociedade, promovendo uma formação integral e socialmente comprometida.

Contudo, para que a inserção curricular da Extensão seja efetivamente implementada nas IES, torna-se necessário que o PDI preveja mecanismos adequados de acompanhamento e avaliação dessas atividades, assegurando que os objetivos propostos sejam efetivamente alcançados. A capacitação docente, a estruturação de ações de extensão e o engajamento da comunidade acadêmica constituem aspectos fundamentais que devem ser considerados neste planejamento estratégico. Dessa forma, o PDI não apenas direciona a inserção da Extensão no currículo, mas também garante que essa prática esteja alinhada com a qualidade acadêmica e o impacto social das instituições.

A inclusão da curricularização da Extensão nos PDIs das instituições de ensino superior repre-

senta, portanto, uma oportunidade de reconfiguração do papel social dessas instituições, favorecendo uma formação integral e socialmente engajada para os estudantes. No entanto, embora a literatura acadêmica tenha se dedicado crescentemente à análise dos aspectos normativos e estruturais da Curricularização da Extensão, observa-se uma lacuna no que se refere à compreensão dos processos de participação e protagonismo discente neste processo, particularmente no contexto específico dos Institutos Federais. Essa compreensão constitui, assim, uma questão de pesquisa importante para o aprofundamento do conhecimento sobre esta política educacional e seus impactos na formação acadêmica.

Diante deste cenário, o presente estudo tem como objetivo investigar a participação e o protagonismo discente no processo de Curricularização da Extensão nos Institutos Federais da região Sul do Brasil, por meio da análise de trechos dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos seis Institutos Federais localizados nesta região. Esta investigação constitui-se em um recorte de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCI-UFRGS).

### **Metodologia**

A presente investigação foi realizada por meio da abordagem qualitativa descritiva. Do ponto de vista do delineamento do trabalho, os procedimentos adotados referem-se à pesquisa documental (Gil, 2002).

Devido à impossibilidade de analisar a totalidade dos cursos superiores em funcionamento no Brasil atualmente, optou-se, nesta investigação, pelo recorte regional das unidades da rede federal, selecionando-se os institutos federais (IFs) da Região Sul do país: Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal Catarinense (IFC), Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

A composição do corpus do estudo consistiu nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), obtidos nos sites institucionais dos IFs mencionados.

A análise dos dados foi realizada com o auxílio do software ATLAS.ti e baseou-se no método da Análise de Conteúdo, organizada em três fases, conforme proposto por Laurence Bardin (2011): 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na fase de pré-análise, foram selecionados os documentos a serem apreciados. Inicialmente, observou-se que, em cada uma das instituições participantes do estudo, existem diferentes períodos de publicação e validade dos PDIs. Diante disso, optou-se pela análise dos PDIs válidos em 2024 nessas instituições:

**Tabela 1 - Períodos de vigência dos PDIs**

Instituição	Período
<b>IFRS</b>	2020–2024
<b>IFSUL</b>	2020–2024
<b>IFFAR</b>	2019-2026
<b>IFSC</b>	2020–2024
<b>IFC</b>	2024-2028
<b>IF Paraná</b>	2024-2028

*Fonte: As autoras (2024).*

Esses documentos foram codificados aleatoriamente como D1, D2, D3, D4, D5 e D6, e analisados nas fases de exploração do material e tratamento dos resultados, que serão discutidos na sequência do texto.

## Resultados e discussão

Na fase da exploração do material, foram estabelecidas, a partir das temáticas base do estudo, as unidades de contexto, a saber: a) Extensão; b) Protagonismo Discente. A partir dessa premissa, realizou-se a leitura do material, com a identificação e codificação das unidades de registro presentes em cada uma das unidades de contexto:

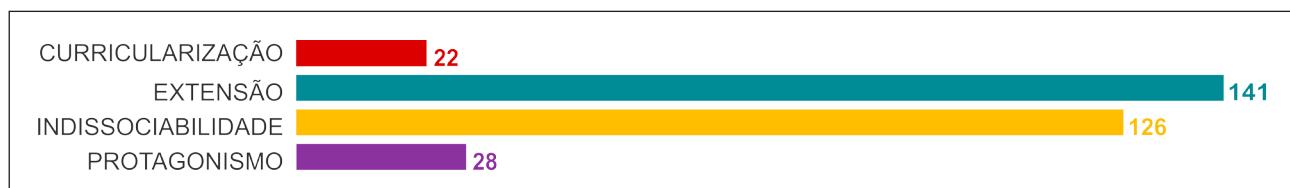
**Quadro 1 - Unidades de Registro**

<b>Extensão</b>	<b>Protagonismo discente</b>
1.1 Conceito de Extensão	2.1 Políticas
1.2 Indissociabilidade	2.2 Diretrizes da Extensão
1.3 Curricularização da Extensão	

*Fonte: As autoras (2024)*

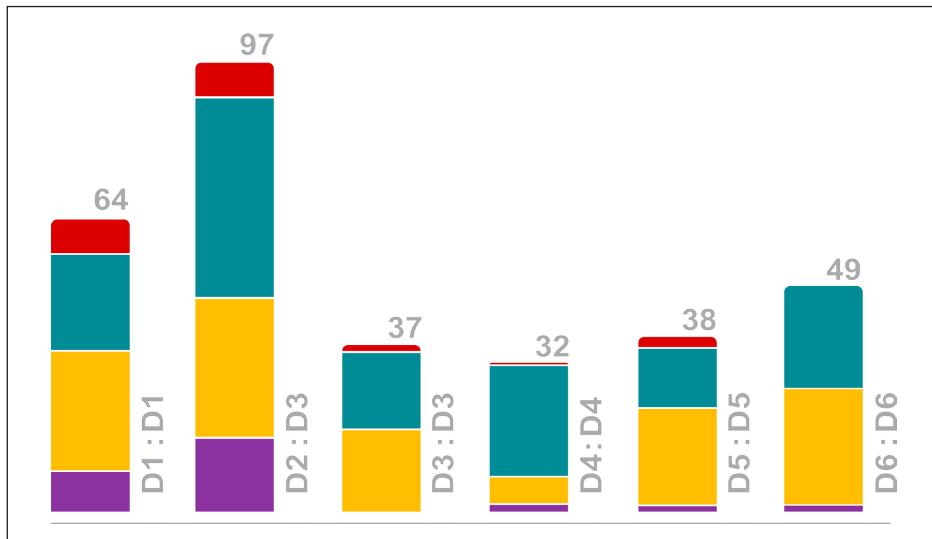
Ao realizar a busca pelo termo extensão nos seis documentos analisados, por meio da pesquisa de expressão regular no software ATLAS.ti, foi encontrada a frequência de 1.438 ocorrências em 758 parágrafos distintos. Após a leitura e codificação do material, a partir do escopo proposto por este estudo, o termo extensão foi citado 141 vezes em referência às ações extensionistas, 126 vezes na tríade Ensino-Pesquisa-Extensão (categoria que denominamos Indissociabilidade) e 22 vezes vinculada ao processo de curricularização. A segunda unidade de contexto previamente elencada, denominada Protagonismo Discente, apresentou frequência consideravelmente menor nos textos analisados, sendo identificada em 28 citações, que serão descritas na sequência deste capítulo.

**Figura 1 - Distribuição de códigos.**



*Fonte: Análise dos dados ATLAS.ti (2024).*

É interessante observar também a distribuição dos códigos acima mencionados nos textos dos PDIs selecionados. Como mostra a Figura 2, a distribuição dos códigos nos instrumentos analisados ocorre de forma bastante variada, e podemos verificar que algumas das expressões consideradas chave neste estudo (por exemplo, o termo curricularização) sequer aparecem nos textos dessas normativas institucionais.

**Figura 2 - Distribuição dos códigos nos PDIs**

*Fonte: Análise dos dados ATLAS.ti (2024).*

A partir dessa breve caracterização das unidades de registro, daremos sequência à discussão, trazendo cada uma delas individualmente.

## 1. Extensão:

Citado nos seis documentos, o termo Extensão foi utilizado com significados distintos, conforme discutido acima e ilustrado na Figura 1. A partir da identificação das unidades de registro, iniciou-se o agrupamento dos trechos de acordo com os sentidos a eles atribuídos.

### 1.1. Conceituação de Extensão

O principal formato identificado refere-se à conceituação do que é a Extensão, seus objetivos e diretrizes em cada uma das instituições:

A extensão no IFFar é compreendida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho local e regional, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural sustentável, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (D1, p.62)

Enquanto processo educacional, a extensão incorpora o aspecto de formação humana, sempre considerando as características locais, sociais, culturais e científicas onde a Instituição está inserida, buscando tornar o conhecimento produzido acessível a toda comunidade. Assim, por meio das políticas da extensão, é possível a revitalização institucional, pois suas ações estabelecem como prioridade as demandas e as experiências externas, visando atender à concretude dos processos formativos. (D2, p.175)

A ação extensionista é compreendida, no contexto do IFRS, como a prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuírem e a humanizarem o Mundo do Trabalho. [...] (D3, p. 141)

A Extensão, além de parte fundamental do processo educativo, é um importante instrumento de articulação entre a instituição e a sociedade, contribuindo para o fortalecimento do conhecimento científico, cultural e tecnológico. As ações de extensão oportunizam para estudantes uma maior interação com o ambiente profissional, o desenvolvimento do aprendizado com a prática, maior conhecimento da profissão, além de conhecer a realidade e perceber as possibilidades de atuação na comunidade, ampliando a sua formação profissional e cidadã. (D4, p.45)

Assim, no IFSC, são diretrizes da extensão:

1. Atuação eficaz na aprendizagem, norteada na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas também à convivência social; 2. Divulgação da imagem institucional na sociedade, contribuindo para o processo de implantação e consolidação dos campus; 3. Inserção na comunidade, permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa para atender às demandas da região; [...]. (D5, p.75)

Como podemos perceber, os conceitos apresentados demonstram certa coerência e interconexão entre si, uma vez que têm por base o conceito de Extensão (Universitária<sup>1</sup>) assumido pelo FORPROEX desde o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 1987, e reafirmado na Política Nacional de Extensão, publicada em 2012:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, 1987, p.1).

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p.15).

O conceito e as diretrizes para a Extensão, desenvolvidos pelo Fórum e publicados em seus documentos oficiais, foram incorporados por instituições públicas e privadas, conforme evidenciado em suas legislações internas e no Quadro 2, a seguir. Não é objetivo deste trabalho analisar profundamente os conceitos e diretrizes de Extensão presentes; contudo, cabe sinalizar que, a partir do final da década de 1980, o discurso sobre Extensão passou a buscar a superação da separação entre a produção do conhecimento e sua socialização, enfatizando a importância de atender às demandas sociais da população, com o intuito de promover a transformação social (Jenzine, 2004; FORPROEX, 2007).

---

<sup>1</sup> A literatura acadêmica tradicionalmente emprega a expressão “Extensão Universitária” para designar as ações extensionistas desenvolvidas no ensino superior brasileiro. Contudo, considerando a diversificação das instituições de ensino superior – que atualmente abrangem não apenas universidades, mas também Institutos Federais, faculdades e outras modalidades institucionais –, observa-se uma tendência à substituição dessa terminologia pela denominação mais abrangente “Extensão”. Essa adequação conceitual visa contemplar a totalidade das práticas extensionistas desenvolvidas no contexto atual da educação superior. Assim, no presente artigo, adota-se o termo “Extensão” para referir-se a essa prática acadêmica no âmbito do ensino superior brasileiro.

**Quadro 2** - Concepção de extensão nos instrumentos legais das IPES-2004 (n =72)

CONCEPÇÃO	F	%
ARTICULAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE	71	98,6
ARTICULAÇÃO DO ENSINO	66	91,7
ARTICULAÇÃO DA PESQUISA	65	90,3
CUMPRIMENTO DA MISSÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE	64	88,9
PROMOÇÃO DE INTERDISCIPLINARIEDADE	58	80,6
TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO PELA UNIVERSIDADE	58	80,6
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	55	76,48,3
OUTROS	06	8,3

Fonte: FORPROEX (2007).

Além dessa conotação, a extensão, enquanto parte do processo educativo acadêmico, foi citada nos textos analisados, caracterizando suas formas de organização:

Pró-Reitoria de Extensão – À PROEX compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologada pelo Conselho Superior, bem como promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. (D1, p.26)

A Política Nacional de Extensão, publicada em 2012, é um documento orientador que estabelece diretrizes e princípios para a atuação das instituições de ensino superior (IES) brasileiras na área da extensão universitária. Ela foi criada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) em parceria com o Ministério da Educação. (D2, p.179)

A Pró-Reitoria de Extensão tem como atribuições planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo CONSUP, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do(a) Reitor(a), promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. (D3, p.383)

Desta forma, as ações de extensão caracterizam-se, necessariamente, pelo envolvimento dos estudantes e da comunidade externa. No IFPR, são definidas como Programa, Projeto, Curso, Evento, Publicações e Prestação de Serviço. (D6, p.112)

Conforme Nogueira (2013), a gestão da extensão universitária é complexa devido à sua natureza, que envolve a interação com a sociedade, a diversidade de atores (docentes, técnicos e estudantes de diferentes cursos e níveis) e a administração de recursos materiais e financeiros provenientes de parcerias externas. Ao contrário do ensino e da pesquisa, a extensão requer um planejamento que favoreça a criação de novas formas de interação, com espaços de aprendizagem fora do ambiente acadêmico.

Podemos perceber que, a exemplo da conceituação da Extensão debatida anteriormente, a institucionalização da prática extensionista nas IES também apresenta poucas e incipientes variações, assemelhando-se fortemente às orientações estabelecidas pelo FORPROEX em seus documentos oficiais para a institucionalização da Extensão. Segundo esse Fórum, é fundamental que uma política específica seja definida nas instâncias superiores das IES e formalizada em documentos legais (como Estatuto, Regimento e Planos Institucionais), devendo incluir a regulamentação de aspectos como: aprovação das ações de extensão, programas de bolsas para alunos, financiamento, participação de alunos e docentes, aproveitamento curricular e envolvimento da comunidade externa e dos servidores técnico-administrativos (FORPROEX, 2007b, p. 19).

Nesse contexto, o mapeamento elaborado por Nogueira valida essas orientações, visto ser comum a todas as instituições a existência de um órgão gestor – que difere apenas na denominação (Pró-Reitoria, Sub-Reitoria, Decanato, Diretoria, entre outros) –, sendo todos tratados genericamente como Pró-Reitorias. Algumas dessas estruturas também são responsáveis por outras áreas além da Extensão, como, por exemplo, assuntos estudantis, comunitários e outros (Nogueira, 2013).

## 1.2. Extensão na Indissociabilidade

A temática da Extensão, a partir do viés da indissociabilidade, refere-se, nesta unidade de registro, às oportunidades em que o termo foi citado como parte da tríade Ensino–Pesquisa–Extensão. Nesse cenário, foi possível observar que, quando mencionado como componente do tripé da indissociabilidade, o termo Extensão pode ser identificado, basicamente, nos seguintes momentos:

**a) Como suporte para o conceito de Extensão assumido pelas IES:**

Com base nestes documentos, o IFFar definiu sua política institucional e suas diretrizes, que têm como princípios e objetivos:

[...] Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão–pressupõe-se neste princípio que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). Na relação Extensão-Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de suas formações técnica e cidadã. Na relação Extensão-Pesquisa, visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato Impacto na formação do estudante. (D1, p.63)

**b) Na qualidade de balizador de processos, programas e ações dentro das IES:**

As ações de todas as Pró-Reitorias devem estar em consonância com as diretrizes educacionais brasileiras e promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. (D1, p.20)

Para garantir uma gestão pautada na democracia participativa, na perspectiva da inclusão e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFSC se nortearão pelos seguintes princípios:

1. Garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto;
  2. Respeito às leis e às normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para serem revisadas; [...]
- (D5, p. 87)

c) Na concepção de educação profissional, tendo por base a Constituição de 1988 e a Lei de Criação dos IFs de 2008:

Ao se falar sobre indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cabe ressaltar que cada uma dessas atividades, mesmo que possa ser realizada em tempos e espaços distintos, têm um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, nos termos do Artigo 207, pode ser considerada um marco na inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos referenciais da educação superior. (D1, p.54)

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei n.º 11.892/2008, de criação dos Institutos. (D5, p.78)

Presente nos documentos institucionais analisados nesta investigação, e calcada na Constituição Federal de 1988, na LDB, na Lei de criação dos Institutos Federais e no Plano Nacional de Educação, a Extensão, enquanto componente do tripé da indissociabilidade, juntamente com o Ensino e a Pesquisa, possui seu aspecto legal já formalizado. Podemos afirmar que a prática extensionista, antes restrita a atividades voluntárias de professores, técnicos e alunos, muitas vezes sem recursos, já está institucionalizada em nossas IES.

Entretanto, quando pensada como parte do tripé da indissociabilidade, ela ainda é considerada uma terceira via nas universidades brasileiras ou, como afirma Deus (2020), uma espécie de nuvem que vaga sobre o Ensino e a Pesquisa, aproximando-se, em alguns dias, mais do Ensino, e, em outros, da Pesquisa.

Para Garces (2018), isso se deve à sua conturbada trajetória de avanços e retrocessos na busca por sua institucionalização e definição enquanto atividade acadêmica no interior das instituições de ensino superior. Isso ocorre porque, em sua evolução ao longo do tempo, a Extensão incorporou diferentes conceitos e sofreu influências determinadas por contextos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos. Segundo a autora, mesmo possuindo múltiplos significados, a Extensão ainda tem uma importância limitada nas universidades, em grande parte devido ao seu histórico distanciamento das atividades de ensino e pesquisa – um afastamento que remonta à época anterior à criação da primeira universidade nacional.

Por isso, não basta que a Extensão esteja presente apenas nos documentos norteadores institucionais e na legislação brasileira; é necessário ter clara a identidade da Extensão em nossas instituições, mesmo diante dos desafios e das dificuldades operacionais que possam existir:

São recorrentes as afirmações de que o ensino que nossas universidades ministram tem qualidade e competência. Há sempre uma citação sobre as pesquisas de nível internacional realizadas nos laboratórios e programas de pós-graduação, mas, quando se trata da Extensão, surgem as interrogações: o que é mesmo? Para que serve? Quanto se investe? [...] (Deus, 2020, p.12).

### 1.3 Curricularização da Extensão

As citações categorizadas nesta unidade de registro relacionaram-se a aspectos legais da curricularização, além de caracterizar seu processo de implementação.

**a) Aspectos Legais:**

A Portaria MEC n.º 1.350, de 14 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, define a extensão nos seguintes termos: A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (MEC, 2018). (D1, p.62)

[...] A extensão é atividade prevista na Constituição Federal, LDB, Plano Nacional de Educação, o qual determina que 10% da carga horária dos cursos de graduação deverão ser obrigatoriamente destinados a atividades de extensão. A Lei de Criação dos IFs também prevê a extensão como finalidade e objetivo para uma instituição pública, gratuita, democrática e socialmente relevante. (D3, p.36)

Apoio às ações voltadas ao cumprimento da Resolução CNE/CES n.º 07/2018, a qual estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta a Curricularização da Extensão; [...] (D6, p.115).

**b) Na implementação da curricularização da Extensão:**

[...] 1 – Promoção da formação continuada e estudos sobre curricularização da pesquisa e extensão; 2 – Criação de projeto de implantação da curricularização da pesquisa e extensão, com previsão de projeto-piloto, etapas de implantação, regulamentos, prazos e outros; [...] (PeCC e PPI) (D1, p. 38).

Nesta perspectiva, os Projetos Pedagógicos de Curso devem, dentre outros elementos, explicitar o eixo tecnológico, as linhas de extensão e pesquisa, bem como a verticalização, na perspectiva da oferta da Educação Profissional e Tecnológica e conforme os princípios pedagógicos do PPI. (D2, p. 232)

Dentre as diretrizes indispensáveis à implementação da política de ensino, destacam-se:

1. Estabelecer diretrizes curriculares comuns aos diferentes tipos de curso e formas de oferta;
2. Elaborar metodologias e estratégias de curricularização da pesquisa e extensão enquanto princípios pedagógicos;
3. Desenvolver sistemáticas de construção de currículos e projetos de cursos considerando os perfis e contextos socioambientais dos potenciais alunos e egressos; [...] (D6, p.71)

Embora os seis PDIs analisados citam, em algum momento, a inserção curricular da Extensão, fica evidente a distância entre os textos institucionais e o recomendado pela Resolução 07/2018, em seu artigo 13:

Art. 13 Para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os seguintes termos, entre outros:

I - a concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;

II - o planejamento e as atividades institucionais de extensão;

III - a forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;

IV - as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;

V - a política de implantação do processo autoavaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados para o cumprimento das disposições constantes no art. 4º desta Resolução;

VI - a previsão e as estratégias de financiamento das atividades de extensão. (MEC, 2018, grifo nosso).

Após examinar os documentos em questão, percebe-se que os incisos relacionados à Extensão amplamente estão parciais ou totalmente contemplados nos conteúdos abordados, especialmente quando se referem à concepção de Extensão e seus princípios, ao planejamento e atividades institucionais e às previsões e estratégias de financiamento. Entretanto, ao tratarmos estritamente dos incisos IV e V, referentes ao processo de inserção curricular da Extensão, constatamos que falta aos documentos o detalhamento necessário não somente para o cumprimento do disposto na Resolução, como principalmente para a orientação das práticas e demais documentos de cada uma das instituições.

Posteriormente a esta breve exploração do material selecionado, permanecem perguntas como: quais as formas utilizadas para a inserção da Extensão pelas instituições? Como será realizado o processo avaliativo dessas ações? Quais as formas de registro? Que indicadores serão utilizados? Como se dará a participação dos estudantes?

Weber (2023), ao investigar a Extensão e sua inserção curricular nos Planos de Desenvolvimento Institucional de três universidades públicas gaúchas, também não encontrou respostas para os questionamentos acima postos e, por conseguinte, para o que orienta a Resolução nº 07/2018. Trazendo a reflexão para a presente investigação - dado que este artigo é parte de uma pesquisa acerca da inserção curricular da Extensão nos IFs -, no ano de 2022, iniciamos o estudo com a análise das normativas institucionais acerca da curricularização da Extensão nos seis IFs selecionados. A partir das primeiras observações, constatamos semelhanças com o estudo citado anteriormente. Podemos afirmar que essas perguntas são abordadas nas Resoluções e Instruções Normativas das instituições referentes à temática descrita, ainda que de forma insuficiente:

Nos documentos institucionais considerados nesta investigação, o estudante foi citado com maior frequência em trechos que tratam dos aspectos curriculares da formação acadêmica, especialmente quanto aos procedimentos metodológicos destinados a assegurar o registro das atividades de extensão. Desse modo, pode-se inferir que as instituições percebem o discente mais como objeto do que como sujeito em suas regulamentações. Além disso, não está evidenciado como a participação dos discentes será sistematizada pelas instituições de ensino, especialmente os cursos superiores. (Trentin et al., 2023, p.9).

Outros estudos realizados recentemente vêm ao encontro destas constatações ao concluir que, embora reconhecida como estratégica e obrigatória, a Extensão ainda não está consolidada nas práticas institucionais, sendo frequentemente tratada de forma incipiente ou fragmentada nos documentos oficiais (Tramontin, 2023; Souza et al., 2022; Miranda; Amaral, 2024; Schirmer, 2020; Santana, 2023).

Essa certa ausência de detalhamento nos textos observados pode ocorrer por diferentes razões. Serva (2023) indica um caminho de entendimento interessante ao afirmar que, durante a elaboração do PDI de uma IES, antes mesmo de este ingressar no contexto da elaboração de seu texto, ele está sujeito ao contexto da influência, na qual cada um dos envolvidos tentará fazer com que seus interesses prevaleçam. Os professores mais ligados à Extensão, por exemplo, vão defendê-la como a atividade mais importante da instituição. O mesmo ocorre com aqueles mais ligados à pesquisa, ao ensino ou à gestão. Diante desse contexto, não somente o teor do conteúdo está em disputa, como também aspectos como alocação de recursos, carga horária etc. Todos esses fatores podem e vão influenciar a construção de um documento institucional tão importante.

Um segundo ponto de vista importante é que os PDIs possuem elaboração e revisão com periodicidade preestabelecida e, por isso, outros documentos institucionais acabam abordando os assuntos necessários até que o PDI seja revisto e atualizado.

De toda forma, haja vista a importância do Plano de Desenvolvimento Institucional e, como parte dele, do Projeto Político Institucional, faz-se necessário que os elementos fundamentais referentes à inserção curricular da extensão estejam presentes nesses documentos.

## 2 Protagonismo discente

A segunda unidade de contexto previamente especificada referia-se ao protagonismo discente e suas interlocuções com a Extensão e sua inserção curricular. Das 28 vezes em que o vocábulo foi citado nos textos dos PDIs analisados, as menções referiam-se, basicamente, às políticas educacionais, tais como a criação de Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes, aos olhares a respeito da aprendizagem discente e, mais especificamente, aos princípios e diretrizes da Extensão nas instituições. Por este último ser o escopo deste estudo, discorreremos detalhadamente sobre ele na sequência do texto.

Na relação Extensão-Esino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de suas formações técnica e cidadã. (D1, p.61)

Para imprimir qualidade à formação do estudante e promover o protagonismo estudantil, as ações extensionistas devem explicitar três elementos essenciais: (I) a designação do orientador; (II) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (III) a metodologia de avaliação da participação do estudante. (D1, p.63)

No que se refere à relação extensão e ensino, a diretriz coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica e de sua formação cidadã. (D2, p.177)

Os objetivos propostos para efetivação da Extensão do IFPR são: a) Integrar o processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa) às demandas da sociedade; b) Organizar espaços para a troca de saberes, conhecimentos e experiências entre diferentes sujeitos; c) Colaborar na formação integral do estudante, fazendo dele protagonista de sua formação técnica e cidadã; [...] (D6, p.167)

Uma das diretrizes propostas pelo FORPROEX, que consta na Política Nacional de Extensão Universitária, refere-se ao impacto das ações extensionistas na formação dos estudantes envolvidos. Consoante a referida Política, as atividades de Extensão Universitária desempenham um papel es-

sencial no desenvolvimento do estudante, complementando sua experiência teórica e metodológica e promovendo o contato direto com questões atuais. A participação do estudante nessas ações deve possibilitar a flexibilização do currículo e a contabilização de créditos. Para garantir a qualidade da formação, as ações de extensão devem contar com um projeto pedagógico adequadamente estruturado, que inclua a designação do professor orientador, os objetivos da ação, as competências dos participantes e a metodologia de avaliação (FORPROEX, 2012).

Em termos legais, a Resolução CNE 07/2018 traz em seu escopo a formação integral e cidadã dos estudantes como parte estruturante das concepções e das práticas das diretrizes na extensão universitária: “Art. 5º [...] II — a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular” (Brasil, 2018b, p.1). O parecer CNE/CES n.º 608/2018 (que contém as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira) ratifica que as atividades de extensão desempenham um papel fundamental na formação do estudante, ao ampliar seus horizontes de referência e proporcionar um contato direto com as grandes questões contemporâneas, permitindo uma reflexão sobre temas relevantes e em destaque, enriquecendo significativamente a experiência acadêmica (Brasil, 2018a).

Como já citamos neste artigo, pesquisas e relatos de experiência recentes abordam a atuação e o protagonismo estudantil na curricularização da Extensão a partir da perspectiva dos próprios estudantes. Para estes, a participação nestas ações enriquece de forma única sua trajetória acadêmica, visto que oportuniza aprendizados integralizados que contemplam o desenvolvimento de competências técnicas nas mais diversas áreas de formação, a aquisição de habilidades interpessoais e a ampliação das perspectivas social e cidadã em cada um dos estudantes (Ramos *et al.*, 2023; Bublitz, 2024; Flores; Mello, 2020; Carvalho *et al.*, 2023; Lubeck; Lisboa Filho, 2024).

Neste panorama, após a análise dos PDIs das 6 instituições selecionadas, foi possível observar que, embora os planos de desenvolvimento institucionais abordem tópicos relacionados à Extensão e ao Protagonismo Discente, não é possível perceber relação entre eles. Causa-nos preocupação o fato de que, em alguns dos documentos analisados, o protagonismo dos estudantes tenha sido sequer mencionado, especialmente quando tratado das práticas extensionistas nas instituições. Por ser uma diretriz importante da Política Nacional de Extensão e das Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, este conceito deveria não somente estar presente, como também ser um dos fundamentos da concepção de Extensão das IES.

Importa salientar que, no panorama educacional atual, o protagonismo discente reveste-se de centralidade paradigmática que se estende para além das diretrizes preconizadas pelos documentos orientadores da extensão universitária brasileira, configurando, assim, ainda maior relevância sua presença nos documentos institucionais de base.

De modo conciso, o protagonismo estudantil refere-se ao papel ativo que os estudantes assumem em sua própria educação, não sendo meros receptores passivos de conhecimento, mas responsáveis por buscar o próprio aprendizado, participar ativamente das atividades, expressar suas opiniões e poder tomar decisões. Por se tratar de um modelo educacional centrado no aluno, em que o professor tem o papel de facilitador da aprendizagem, esse conceito valoriza a autonomia, a responsabilidade e o engajamento dos estudantes. Em contraposição às concepções pedagógicas tradicionais, observa-se uma reconfiguração epistemológica que reconhece o estudante como sujeito cognoscente ativo, participativo e corresponsável por seu desenvolvimento acadêmico e formação integral (Freire, 2005). Quando presente em ações de Extensão, esse protagonismo potencializa seus benefícios na formação discente:

Assim, faz-se importante dar devida atenção ao papel do protagonismo estudantil nos processos de curricularização da extensão universitária. O protagonismo estudantil diz respeito à capacidade enquanto estudantes de sermos autores e autoras na construção do nosso processo formativo. Sem delegar um premeditado fazer do estudante, protagonizar os espaços de ensino-aprendizagem significa também ir além destes, podendo pensar uma formação e uma instituição que construa conhecimento popular, não hierárquico e circularmente. Ao propor a união dos princípios da extensão crítica com a metodologia do ensino, no planejamento e prática dos encontros de orientação profissional realizados, tanto nós, estudantes, quanto os participantes, entendidos como senhores de seu desejo e de suas escolhas, abraçamos toda a potencialidade que carregam os processos de protagonismo estudantil (Duara; Dal Molin; Scheibe, 2021, p.5).

Sob esta perspectiva crítica, Demo e Furtado (2023) problematizam o que denominam “instrucionismo” no contexto do ensino superior, caracterizado pela reprodução acrítica de conteúdos acadêmicos, prática que não encontra mais justificativa epistemológica na contemporaneidade. Os pesquisadores argumentam que a aprendizagem, enquanto processo intrinsecamente vinculado à subjetividade discente, demanda necessariamente o protagonismo estudantil por meio de atividades significativas e contextualizadas, como investigação científica, leitura analítica, elaboração de projetos interdisciplinares e socialização do conhecimento produzido.

Para viabilizar essa reconfiguração pedagógica, segundo Demo e Furtado (2023, p. 3), é de extrema importância “mudar a mentalidade passiva estudantil, empurrando-a para a autonomia e a autoria, usando a orientação como motivação, não como tutela”. Consequentemente, a função docente deve ser ressignificada, transitando do papel tradicional de transmissor de informações para as dimensões de pesquisador e orientador dos processos de construção do conhecimento.

Por constituir-se como modelo educacional centrado no protagonismo discente, no qual o professor assume a função de mediador e facilitador da aprendizagem, essa concepção pedagógica valoriza substancialmente a autonomia, a responsabilidade e o engajamento dos estudantes em seus processos formativos, especialmente no ensino superior. Simultaneamente, promove práticas educacionais que fomentam a interação dialógica entre discentes e docentes, o desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico-reflexivo, em contextos nos quais os estudantes são estimulados a solucionar problemas complexos e liderar projetos inovadores, tanto no ambiente acadêmico quanto em espaços extrainstitucionais.

Nesta perspectiva, considerando que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento estratégico que define as diretrizes, os projetos e as ações que devem ser tomadas para promover o desenvolvimento institucional e cumprir sua missão, entende-se que o detalhamento da inserção da Extensão nos currículos dos cursos superiores de cada instituição é condição *sine qua non* para uma plena implementação desse dispositivo legal pelas IES, impulsionando seus diversos benefícios para a comunidade acadêmica e, de forma especial, para o fortalecimento do protagonismo discente.

## Considerações Finais

A partir das análises realizadas, percebe-se que os excertos que tratam da prática extensionista nas instituições apresentaram características e concepções importantes para a compreensão da perspectiva de Extensão adotada nesses locais. Entretanto, os tópicos referiam-se apenas a conceitos,

diretrizes e planejamento. Tendo em vista o objetivo desta investigação, que pretende observar o protagonismo discente na curricularização da Extensão, percebeu-se essa lacuna de forma ainda mais evidente, uma vez que, quando citada nos documentos indicados, tem, sua presença restringe-se a uma ou outra citação legal, mencionando especificamente a Resolução nº 07/2018.

Considerando o viés estratégico do PDI ao identificar a IES no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver, entende-se que o detalhamento da inserção da Extensão nos currículos dos cursos superiores de cada instituição é condição indispensável para a adequada implementação desse dispositivo legal. Nessa perspectiva, as IES devem revisar, com urgência, seus documentos institucionais – especialmente os PDIs –, a fim de integrar plenamente as atividades de curricularização da Extensão em seus planejamentos e objetivos.

## Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacao>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/rede-federal/institutos-federais-de-educacao-ciencia-e-tecnologia>. [2024?] Acesso em: 2 dez. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES n.º 608 de 03 de outubro de 2018**. Diretrizes para as políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Brasília-DF: MEC, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/84291-extensao-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 24 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE. Brasília-DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 8 fev. 2025.
- BRASIL. **Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília-DF, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm). Acesso em: 5 mar. 2025.
- BUBLITZ, Graziela K. **O protagonismo acadêmico na Extensão Universitária**. Palestra proferida em 05/11/2024. UNIVATES, 2024. Disponível em: <https://www.ea2.unicamp.br/ensino-digital-3/o-protagonismo-academico-na-extensao-curricularizada-desafios-e-possibilidades/>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- CARVALHO, Alda Cristina de A.C. et al. As contribuições de projetos de extensão na formação acadêmica, social e humana de alunos de graduação: um estudo de caso do projeto de extensão Lampiar. In: FREITAS Cintia Sousa de et al. (org.). **Ensino, pesquisa e extensão: curricularização, protagonismo estudantil e inovação**. Mossoró-RN: Edições UERN, 2023. p. 90-114.
- DEMO, Pedro; DA SILVA, Renan Antônio. Protagonismo Estudantil. **Org & Demo**, Marília, v. 21, n. 1, p. 71-90, jan./jun. 2020.
- DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria-RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. Livro eletrônico.
- DIAS, Márcio Pereira; IMPERATORE, Simone; GONTIJO, Roberta. Curricularização da extensão na trans e pós-pandemia (Capítulo III). **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior: Criatividade e inovação na construção da educação superior pós-pandemia**, Brasília, ano 33, n.45, 2022.
- DUARA, Henrique França; DAL MOLIM, Maria Luisa Nolasco; SCHEIBE, Monique. Protagonismo estudantil e curricularização da extensão: quando os estudantes movem estruturas. **Revista Masquedós**, Tandil, n. 7, ano 7, 2021. Disponível em: <https://ojs.extension.unicen.edu.ar/index.php/masquedos/article/view/140>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012. Disponível em: [https://www.ufmg.br/proex/renex/?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=3](https://www.ufmg.br/proex/renex/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=3). Acesso em: 9 nov. 2024.

**FORPROEX. Carta do I Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).** Brasília, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

**FORPROEX. Extensão Universitária:** organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112 p. ISBN 978-85-85002-91-6. (Coleção Extensão Universitária; v. 6). Organização: Edison José Corrêa; Coordenação Nacional do FORPROEX.

**FORPROEX. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras:** estudo comparativo 1993/2004. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007b.

FLORES, Laiane F.; MELLO, Débora Teixeira. O impacto da Extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um Instituto Federal no Rio Grande do Sul. **Revista Conexão UEPG**, v. 16, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/14465>. Acesso em: 19 maio 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCES, Solange Beatriz Billig *et al.* Reflexões sobre a Curricularização da Extensão. In: Seminário de Educação no Mercosul, XVIII, 2018, Cruz Alta. **Anais [...]**. Cruz Alta: Unicruz, 2018. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2018/3%20-Mostra%20de%20Trabalhos%20da%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20e%20P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o/Trabalhos%20Completos/REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20A%20CURRICULARIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20EXTENS%C3%83O.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020–2024**. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentos-norteadores/pdi\\_ifsc\\_2020\\_2024\\_v3](https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentos-norteadores/pdi_ifsc_2020_2024_v3). Acesso em: 20 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional IFC 2024–2028**. Disponível em: <https://pdi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/80/2024/01/Resolucao-03.2024-IFC-Aprova-PDI-2024-2028-Anexo.pdf>. Acesso em 20 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024–2028**. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/gestao-e-administração/planejamento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-2024-2028/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019–2026**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>. Acesso em: 14 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020–2024**. Disponível em: <https://ifsul.edu.br/ass-selo-3/itemlist/category/34-plano-de-desenvolvimento>. Acesso em: 21 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024–2028**. Disponível em: <https://pdi.ifrs.edu.br/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a Extensão Universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais–Campus Pampulha, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

LUBECK, Elisa; LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. A inserção da Extensão nos currículos da graduação: base conceitual e experiências institucionais. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 20, e2424046 p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/24046>. Acesso em: 12/11/2024.

MIRANDA, Frederico Severo; AMARAL, Marília Abrahão. Discussão sobre documentos universitários para curricularizar a extensão. **Educação em Foco**, v. 29, n. 1, p. e29012, 2024. DOI: <https://doi.org/10.34019/2447-5246.2024.v29.42040>.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. A construção da Extensão universitária no Brasil: trajetória e desafios. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. p. 27-50.

RAMOS, Maislla Mayara Silva *et al.* O protagonismo do discente na Extensão Universitária: relato de experiência. In: PRAXEDES, Marcus Fernando da Silva (org.). **Ciencias de la salud: aspectos diagnósticos y preventivos de enfermedades 3**. Ponta Grossa-PR: Atena, 2023. p. 179-184.

SANT'ANA, Tomás Dias *et al.* **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI**: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. Alfenas: FORPDI, 2017.

SANTANA, Débora de Cerqueira. **Extensão universitária e o processo de curricularização**: percepções dos discentes no contexto da formação em saúde. 2023. 63 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: [https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/11977/1/Extens%C3%A3o%20universit%C3%Aria%20e%20o%20processo%20de%20curriculariza%C3%A7%C3%A3o\\_percep%C3%A7%C3%A3o%20dos%20discentes%20no%20contexto%20da%20forma%C3%A7%C3%A3o%20em%20sa%C3%bade.pdf](https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/11977/1/Extens%C3%A3o%20universit%C3%Aria%20e%20o%20processo%20de%20curriculariza%C3%A7%C3%A3o_percep%C3%A7%C3%A3o%20dos%20discentes%20no%20contexto%20da%20forma%C3%A7%C3%A3o%20em%20sa%C3%bade.pdf). Acesso em: 19 maio 2025.

SERVA, Fernanda Mesquita. **A extensão universitária e sua curricularização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

SCHIRMER, Candisse. **Extensão universitária**: a produção e a aplicação do conhecimento em contextos reais em cursos de graduação em Direito na região centro do estado do Rio Grande do Sul. 2023. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000026/0000264a.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

SOUZA, Gustavo Costa de; MELO, Danilo Alano; SILVA, Matheus Arcelo Fernandes; ANDION, Carolina. Desafios da curricularização da extensão no campo de públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 2022, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap-2022/756.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

TRAMONTIN, Alessandra Abreu. **Processo de curricularização da extensão universitária em instituições públicas de ensino superior**: estudo multicaso em cursos de administração pública (UFRGS, UFBA, UDESC). 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/278899>. Acesso em: 19 maio 2025.

RENTIN, Daiane Toigo; CALABRO, L.; PESSINI, M. I.; FERREIRA, R. Curricularização da Extensão e Protagonismo Discente: uma análise normativa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – ENPEC, 14., 2023, Caldas Novas. **Anais [...]**. Campinas: Realize Editora, 2023.

WEBER, Gabriela Rozek. **Extensão universitária no cenário brasileiro contemporâneo**: análise de Planos de Desenvolvimento Institucional das Universidades Federais de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Pelotas. 2023. 124 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/31015>. Acesso em: 16 set. 2025.